



CRESCIMENTO URBANO OU PRESERVAÇÃO? O destino da mata do horto em questão

Vanessa Andrade Ferreira¹

Girley Batista Santana²

Renata Bernardes Faria Campos³

Dayane Gonçalves Ferreira⁴

Bianca Gaigher Uzais⁵

Hernani Ciro Santana⁶

Desenvolvimento urbano e rural (mobilidade urbana e turismo)

Resumo

Este estudo investiga as interações entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental no Bairro Horto, em Ipatinga, Minas Gerais, com foco na controvérsia gerada pela venda da Mata do Horto. A Mata do Horto, um remanescente de Mata Atlântica, enfrentou a ameaça de ser loteada para a construção de um condomínio fechado, o que gerou forte mobilização da comunidade local. O trabalho está estruturado em três eixos principais: a história do bairro, os impactos da expansão urbana e a mobilização comunitária. O bairro, originalmente projetado pela Usiminas na década de 1950, experimentou nos últimos anos uma crescente especulação imobiliária, que resultou em gentrificação e pressão sobre as áreas verdes. A pesquisa revela que a Mata do Horto desempenha um papel crucial na regulação do microclima, na preservação da biodiversidade e no bem-estar social da comunidade, além de funcionar como barreira natural contra a poluição industrial. A análise documental e as entrevistas realizadas com moradores do bairro reforçam a importância desse espaço natural para a qualidade de vida e a identidade local. A mobilização comunitária, com apoio do Ministério Público de Minas Gerais, impediu a venda da área e resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta, que assegura a preservação permanente da Mata. O estudo destaca a eficácia das ações comunitárias e das ferramentas jurídicas no enfrentamento à especulação imobiliária e reforça a necessidade de políticas públicas que integrem a preservação ambiental ao planejamento urbano.

Palavras-chave: mobilização comunitária; áreas verdes; planejamento urbano; sustentabilidade.

¹ Aluna do Curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada de Território, Instituição Univale - vanessa.andrade@univale.br

² Aluno do Curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada de Território, Instituição Univale - girley.santana@univale.br

³ Professora Dra. do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada de Território, Instituição Univale - renata.campos@univale.br

⁴ Professora Ms. Engenharia Civil e Ambiental, Instituição Univale - dayane.ferreira@univale.br

⁵ Graduanda na Universidade Vale do Rio Doce - Biomedicina, bianca.uzais@univale.br

⁶ Professor Dr. do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada de Território, Instituição Univale - hernani.santana@univale.br



INTRODUÇÃO

Este estudo se concentra nas complexas interações entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental no Bairro Horto, em Ipatinga, Minas Gerais. A pesquisa é motivada pela recente controvérsia sobre a venda da Mata do Horto, um remanescente da Mata Atlântica que desempenha um papel crucial na ecologia local. A construtora envolvida pretendia lotear a área para a construção de um condomínio fechado, o que gerou forte mobilização da comunidade local, incluindo protestos públicos e ações judiciais, evidenciando a importância que os moradores atribuem à preservação desse patrimônio ambiental.

A pesquisa foi estruturada em três eixos principais: a história e desenvolvimento do bairro, os impactos socioambientais da expansão urbana e a mobilização comunitária como resposta ao planejamento urbano. O primeiro eixo revisa o histórico do Bairro Horto, que foi concebido pela Usiminas na década de 1950 como parte do processo de industrialização do Vale do Aço. O segundo eixo analisa o impacto ambiental da expansão urbana desordenada, com foco na especulação imobiliária resultante da venda da Mata do Horto. Finalmente, o terceiro eixo aborda a organização comunitária e as respostas jurídicas para preservar o ambiente local, destacando a relevância das iniciativas cidadãs na promoção de um desenvolvimento urbano sustentável.

O Bairro Horto é um produto direto do planejamento urbano implementado pela Usiminas, empresa siderúrgica responsável pela criação da Vila Operária, que se tornou o embrião da cidade de Ipatinga. A região começou a ser povoada na década de 1920, em torno da estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), e, nos anos 1950, com a chegada da Usiminas, o bairro foi projetado para abrigar os trabalhadores da siderúrgica. A primeira grande intervenção da Usiminas no planejamento urbano da área ocorreu em 1958, com o plano urbanístico desenvolvido por Raphael Hardy Filho. Este plano estabeleceu uma relação equilibrada entre áreas residenciais e verdes, destacando-se a preservação de fragmentos da Mata Atlântica, como a Mata do Horto (GOMES, 2018).

O Horto tem uma localização privilegiada, cercada por morros cobertos de Mata Atlântica, que exercem um papel fundamental na preservação do microclima local e na absorção da poluição oriunda do complexo industrial. Esta área verde também desempenha um papel importante como corredor

REALIZAÇÃO



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

ecológico para várias espécies de fauna e flora, especialmente por sua proximidade com o Parque Estadual do Rio Doce, o maior remanescente de Mata Atlântica em Minas Gerais (BOLDRIN et al., 2015). O valor ambiental da Mata do Horto foi reconhecido pelos próprios moradores, que, ao longo dos anos, incorporaram a mata como parte da identidade e do cotidiano do bairro.

Como em muitas cidades brasileiras, Ipatinga tem enfrentado uma rápida expansão urbana, impulsionada pela especulação imobiliária e pelo crescimento populacional. No caso do Bairro Horto, essa expansão se intensificou nos últimos anos, quando construtoras começaram a investir em projetos de condomínios fechados, especialmente em áreas de alto valor ambiental, como a Mata do Horto. A venda de áreas verdes para empreendimentos imobiliários resultou em uma série de impactos socioambientais, incluindo a sobrecarga dos sistemas de infraestrutura urbana, como abastecimento de água, saneamento e transporte, e o aumento da poluição sonora e atmosférica, exacerbada pela proximidade da Usiminas (ROLNIK, 2015).

A especulação imobiliária também gerou um processo de gentrificação no bairro. Tradicionalmente um local acessível para trabalhadores da indústria e suas famílias, o Horto viu o preço dos imóveis subir drasticamente com a chegada de novos empreendimentos voltados para a classe média. Esse processo tem levado à expulsão gradual dos antigos moradores, que não conseguem mais arcar com o aumento dos custos de moradia. O fenômeno da gentrificação, amplamente discutido por autores como David Harvey (2012), revela como o desenvolvimento urbano, quando orientado exclusivamente pelo capital imobiliário, pode agravar as desigualdades sociais e transformar radicalmente o tecido social de bairros inteiros.

As áreas verdes urbanas desempenham um papel crucial na sustentabilidade ambiental e social das cidades. Elas atuam como reguladores do microclima, ajudando a mitigar os efeitos das ilhas de calor, comuns em cidades industrializadas, e a melhorar a qualidade do ar. Além disso, oferecem espaços de lazer e recreação para a população, promovendo a coesão social e o bem-estar dos moradores (JACOBI, 2012). A Mata do Horto, com sua rica biodiversidade e localização estratégica, é um exemplo clássico de como as áreas verdes urbanas podem contribuir para a qualidade de vida de uma comunidade. A sua preservação é, portanto, essencial não apenas do ponto de vista ecológico, mas também social.

Estudos como os de Londe e Mendes (2014) e Lima e Amorim (2006) reforçam a ideia de que as



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

áreas verdes são fundamentais para a saúde pública, pois contribuem para a redução do estresse e promovem a saúde física por meio da prática de atividades ao ar livre. No caso do Bairro Horto, a Mata do Horto desempenha um papel ainda mais importante, pois atua como uma barreira natural contra a poluição da Usiminas, que é uma das principais fontes de poluentes na região.

Apesar de sua importância, a gestão das áreas verdes em cidades em rápido crescimento como Ipatinga muitas vezes é negligenciada. A expansão imobiliária, motivada por interesses econômicos de curto prazo, coloca em risco a preservação dessas áreas, com impactos negativos de longo prazo para a sustentabilidade urbana. Campos e Castro (2017) destacam que o planejamento urbano deve ser integrado e levar em consideração tanto os aspectos ecológicos quanto sociais das áreas verdes. Sem uma gestão eficaz, essas áreas correm o risco de serem fragmentadas ou destruídas, comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras.

A venda da Mata do Horto para uma construtora gerou uma resposta imediata da comunidade local, que se organizou para resistir à especulação imobiliária. A mobilização incluiu protestos públicos, petições online, e uma série de reuniões com autoridades locais e estaduais para pressionar pela preservação da área. Esse tipo de mobilização comunitária é um exemplo claro de justiça ambiental, onde as populações locais lutam por seus direitos ao meio ambiente e à qualidade de vida em face de interesses econômicos que muitas vezes priorizam o lucro sobre a sustentabilidade (ACSELRAD, 2010).

A organização comunitária também buscou apoio legal para impedir o avanço dos projetos de urbanização na Mata do Horto. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) desempenhou um papel fundamental nesse processo, utilizando a legislação ambiental brasileira, como a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006), para argumentar a favor da preservação da área. Esse caso destaca o papel crucial que o sistema jurídico pode desempenhar na proteção do meio ambiente e na promoção de um desenvolvimento urbano equilibrado (BENJAMIN, 2017).

A legislação ambiental brasileira oferece um quadro robusto para a proteção das áreas verdes urbanas. A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que inclui a preservação das florestas urbanas e das áreas de preservação permanente (BRASIL, 1988).

O Código Florestal (Lei 12.651/2012) e a Lei da Mata Atlântica reforçam esses princípios,



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

impondo restrições ao desmatamento e à degradação de áreas de vegetação nativa, especialmente em regiões de alta densidade populacional (FERNANDES, 2008).

No entanto, a aplicação dessas leis muitas vezes enfrenta obstáculos significativos. A pressão econômica exercida pelas construtoras e o lobby do setor imobiliário podem influenciar os processos de licenciamento ambiental e as decisões de planejamento urbano, como observado no caso do Bairro Horto. A atuação do MPMG e de outros órgãos de fiscalização ambiental foi crucial para garantir que a legislação fosse aplicada de forma rigorosa, impedindo o desmatamento e a fragmentação da Mata do Horto (BRITO; BORGES, 2019).

Além das leis ambientais, o papel das políticas públicas de planejamento urbano também deve ser considerado. O Plano Diretor de Ipatinga, como o de muitas cidades brasileiras, carece de mecanismos claros para proteger as áreas verdes em face da expansão urbana acelerada. A revisão desses planos, com a inclusão de diretrizes mais rígidas para a preservação do meio ambiente urbano, é essencial para garantir que o desenvolvimento das cidades ocorra de maneira sustentável.

O estudo do caso do Bairro Horto em Ipatinga/MG revela as complexas tensões entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental em cidades em rápido crescimento. A venda da Mata do Horto para a construção de um condomínio fechado exemplifica os desafios enfrentados por comunidades que buscam preservar seu patrimônio natural diante da especulação imobiliária. A mobilização comunitária, o uso estratégico da legislação ambiental e a resistência à gentrificação são exemplos de como as populações locais podem se organizar para proteger suas áreas verdes e promover um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

A Mata do Horto, com seu valor ecológico e social, deve ser vista não apenas como um espaço natural a ser preservado, mas como parte integrante da identidade e da qualidade de vida do Bairro Horto.

Este caso destaca a importância de integrar considerações ambientais no planejamento urbano, garantindo que o crescimento das cidades ocorra de forma equilibrada e respeitosa com o meio ambiente e as comunidades locais.

METODOLOGIA



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

A metodologia deste estudo foi estruturada em quatro etapas principais, que se complementam para proporcionar uma análise abrangente do conflito entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental no Bairro Horto, em Ipatinga/MG. A abordagem qualitativa escolhida permitiu uma imersão profunda nas percepções e vivências dos moradores, enriquecendo a compreensão das tensões locais. A seguir, são apresentadas as etapas que compõem a metodologia:

Primeira Etapa: Análise Documental

A primeira etapa do estudo consistiu em uma análise documental detalhada. A pesquisa iniciou-se com uma exploração histórica do bairro, desde sua fundação na década de 1920 até o momento atual. Foram coletados documentos oficiais, incluindo registros históricos da época da ocupação inicial do Bairro Horto, quando este se desenvolvia em torno da estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Esses documentos forneceram informações valiosas sobre os padrões de ocupação anteriores à chegada da Usiminas. Adicionalmente, foram analisados os planos urbanísticos da década de 1950, elaborados pela Usiminas, que transformaram o bairro em um núcleo habitacional para trabalhadores da indústria siderúrgica.

Segunda Etapa: Entrevistas com Moradores

A fase documental foi complementada por entrevistas semiestruturadas com moradores antigos do bairro, alguns residentes desde a década de 1950. Essas entrevistas permitiram a reconstrução histórica e a contextualização das mudanças sociais e ambientais no Horto. Os depoimentos coletados forneceram insights sobre o sentimento de pertencimento dos moradores, suas memórias do desenvolvimento do bairro e as transformações ocasionadas pela industrialização. Além disso, discutiram-se as reações dos moradores à especulação imobiliária e à tentativa de loteamento da Mata do Horto, destacando o papel da comunidade na defesa do espaço verde.

Terceira Etapa: Avaliação Ambiental e Social

A terceira etapa do estudo focou na análise do impacto ambiental e social da urbanização no Bairro Horto, com ênfase especial na Mata do Horto. Foram avaliados dados ambientais, como a qualidade do ar e o microclima local, e conduzidas entrevistas com especialistas em ecologia urbana. Descobriu-se que a mata desempenha um papel crucial como corredor ecológico, beneficiando a qualidade do ar e a regulação térmica da área circundante. Também foram investigadas as consequências



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

sociais da perda de áreas verdes, revelando impactos negativos na qualidade de vida e na saúde dos residentes.

Quarta Etapa: Mobilização Comunitária e Respostas Institucionais

Na última fase, foi examinada a mobilização comunitária em resposta à venda da Mata do Horto. Foram analisados conteúdos de redes sociais, entrevistas com líderes comunitários e observações diretas de manifestações. Documentou-se a intensa oposição dos moradores à decisão de loteamento, com destaque para o uso eficaz de ferramentas como mídias sociais e ações judiciais. Além disso, foram analisadas as respostas institucionais, incluindo a atuação do Ministério Público e das políticas municipais. A pressão comunitária resultou na adoção de um Termo de Ajustamento de Conduta, assegurando a preservação permanente da Mata do Horto, demonstrando a eficácia da mobilização legal para a proteção ambiental.

A combinação dessas etapas metodológicas permitiu uma visão aprofundada da evolução do Bairro Horto e dos conflitos entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental, ressaltando o impacto da industrialização e da especulação imobiliária, além do protagonismo da comunidade na defesa de seu patrimônio ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo revelou que, ao longo da última década, o bairro Horto experimentou uma intensa dinâmica de desenvolvimento imobiliário, marcada pela substituição de edificações originais, compostas principalmente por residências unifamiliares, por prédios de múltiplos pavimentos. Esse processo, conhecido como adensamento urbano, segue uma tendência observada em várias regiões urbanas brasileiras, em que a valorização imobiliária e a especulação levam ao aumento da densidade populacional, muitas vezes em detrimento de áreas verdes (Rolnik, 2015).

No caso do Horto, esse crescimento acelerado chegou a ameaçar uma das áreas de preservação ambiental mais importantes da cidade, a Mata do Horto. A tentativa de venda dessa área por parte da Usiminas a uma construtora, que planejava loteá-la para a construção de um condomínio fechado, exemplifica os conflitos entre interesses econômicos e a preservação ambiental. Esse tipo de conflito é



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

amplamente abordado na literatura, como em Fernandes (2008), que discutem a gentrificação em áreas urbanas brasileiras, ressaltando o impacto de empreendimentos imobiliários sobre áreas de interesse ambiental. Contudo, no caso do Horto, a mobilização rápida e organizada da comunidade local, com o apoio do Ministério Público Estadual, foi decisiva para impedir a concretização do negócio. Este é um exemplo claro de como a participação comunitária pode influenciar as decisões urbanísticas e preservar o patrimônio ambiental de uma cidade (Jacob, 2012).

Um dado importante que destaca a singularidade do bairro Horto é seu elevado percentual de cobertura arbórea, que atinge 58,51%. Esse número é particularmente significativo quando comparado com outros bairros da cidade de Ipatinga. Conforme demonstrado na Tabela 01, que apresenta os seis bairros com maior percentual de cobertura arbórea, o Horto aparece em quarto lugar, logo após os bairros Usipa e Industrial, que, por suas características específicas (ausência de habitantes e ocupação por áreas de preservação e industriais), não podem ser diretamente comparados ao Horto. Entre os bairros com população residente, o Horto possui a maior porcentagem de área verde, o que reforça a importância da preservação da Mata do Horto.

TABELA 01: Percentual de Cobertura Arbórea dos Bairros de Ipatinga

Unidades Administrativas	Número de Habitantes	PCA (%)
Usipa	0	85,98
Industrial	0	80,75
Ferrovários	454	70,38
Horto	2.092	58,51
Castelo	528	54,77
Das Águas	718	51,13

A cobertura arbórea no bairro Horto é diretamente relacionada à presença da Mata do Horto, que ocupa 645.651 m² de uma área total de 1.912.050,60 m², ou seja, mais de um terço da área do bairro é coberta por vegetação nativa. Estes dados sublinham a importância da floresta urbana não apenas como um ativo ambiental, mas também como um fator chave para a qualidade de vida dos moradores (Jacobi, 2012; IBGE, 2010). A preservação da Mata do Horto contribui para o controle do microclima local, a



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

manutenção da biodiversidade e o amortecimento da poluição atmosférica proveniente das atividades industriais da Usiminas (Rolnik, 2015).

O aumento do adensamento urbano no Horto, contudo, pode colocar em risco a manutenção dessa cobertura arbórea. Com a especulação imobiliária crescente e a substituição de casas por edifícios, há uma redução inevitável das áreas livres e um aumento na impermeabilização do solo, o que impacta negativamente a capacidade do bairro de manter suas funções ambientais. Estudos como o de Gonçalves e Paiva (2002) demonstram que a configuração e a distribuição da vegetação urbana são parâmetros fundamentais para definir a qualidade dos espaços urbanos, afetando diretamente aspectos como conforto térmico, drenagem urbana e saúde pública.

A situação no Horto reflete uma tensão mais ampla observada em cidades brasileiras que possuem áreas de relevante interesse ambiental. Lima et al. (2016) discutem que a urbanização desenfreada, movida por interesses econômicos, muitas vezes coloca em risco áreas que desempenham funções ecológicas essenciais. No caso do Horto, a Mata do Horto não é apenas uma reserva de biodiversidade, mas também uma área que desempenha funções de regulação ambiental, como controle da poluição do ar e da temperatura, além de abrigar espécies nativas de fauna e flora (Gonçalves, 2012; Lima, 2006).

No entanto, a análise realizada neste estudo aponta que, em muitos casos, o adensamento urbano não é acompanhado por políticas públicas que garantam a preservação desses espaços. De acordo com Londe; Mandes (2014), o planejamento urbano desordenado muitas vezes ignora o valor das áreas verdes como elementos centrais para a sustentabilidade das cidades. O risco é que, ao se permitir a construção descontrolada, a qualidade de vida dos moradores seja comprometida, tanto pela redução das áreas verdes quanto pelo aumento da pressão sobre a infraestrutura urbana, como os sistemas de abastecimento de água e energia, redes de esgoto e transporte público (AZA, 2016).

Um dos aspectos mais relevantes observados na pesquisa foi a capacidade da comunidade local de se mobilizar para impedir a destruição da Mata do Horto. A rápida organização da comunidade e sua busca por apoio legal junto ao Ministério Público Estadual foram cruciais para a suspensão do processo de venda da área. Este caso demonstra como a mobilização comunitária pode desempenhar um papel fundamental na preservação de áreas verdes urbanas e na contestação de projetos que priorizam o lucro em detrimento da sustentabilidade (Fernandes, 2008).



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

A intervenção do Ministério Público também é um exemplo do papel das instituições públicas na defesa do meio ambiente. No Brasil, a legislação ambiental oferece instrumentos que podem ser utilizados para impedir que áreas de preservação sejam transformadas em espaços de especulação imobiliária, como a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) e a própria Constituição Federal de 1988, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Jacob, 2012; Loboda; Angelis, 2005). A atuação do Ministério Público no caso do Horto reforça a importância de uma fiscalização eficaz e de uma sociedade civil organizada e consciente de seus direitos.

O caso da Mata do Horto traz à tona a necessidade urgente de conciliar o crescimento urbano com a preservação ambiental. A cidade de Ipatinga, com uma arborização de vias públicas de 88,5% (IBGE, 2010), demonstra um esforço para integrar áreas verdes ao ambiente urbano, o que contrasta com o crescente processo de especulação imobiliária no Horto. A preservação de áreas como a Mata do Horto é fundamental para manter a identidade ecológica e urbana da cidade, além de garantir a qualidade de vida dos moradores a longo prazo.

A discussão sobre o futuro do Horto não pode se limitar à preservação da Mata do Horto. É necessário que as políticas de planejamento urbano em Ipatinga incorporem uma visão de desenvolvimento sustentável, em que o adensamento urbano seja equilibrado com a criação e manutenção de áreas verdes. Campos e Castro (2017) apontam que um planejamento urbano eficiente deve integrar a preservação ambiental como parte de uma estratégia de longo prazo, de forma que o crescimento das cidades não comprometa os recursos naturais e a qualidade de vida dos habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo ressaltam a importância de integrar planejamento urbano e preservação ambiental, destacando o papel da Mata do Horto no equilíbrio ecológico e na qualidade de vida dos moradores do Bairro Horto, em Ipatinga/MG. A análise evidenciou que a preservação das áreas verdes urbanas, como a Mata do Horto, vai além da conservação ambiental, impactando diretamente na saúde e bem-estar da comunidade local.

O estudo revelou que a mobilização comunitária foi fundamental para conter a especulação



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

imobiliária e proteger a Mata do Horto. A ação rápida e eficaz dos moradores, aliada ao suporte do Ministério Público e ao uso adequado da legislação ambiental, resultou na preservação de uma área verde essencial. A assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Usiminas e o Ministério Público garantiu a proteção dessa área, servindo como exemplo do poder de articulação entre a comunidade e instituições públicas.

Além disso, os dados reforçam a necessidade de políticas públicas mais assertivas, que considerem o impacto social e ambiental de áreas verdes urbanas, inserindo-as no planejamento das cidades de maneira sustentável. O caso da Mata do Horto demonstra que o desenvolvimento urbano não precisa ser excludente ou prejudicial ao meio ambiente. Ao contrário, o crescimento urbano sustentável deve ser baseado em um planejamento que harmonize a expansão econômica com a preservação dos recursos naturais.

Em suma, o caso da Mata do Horto reitera que a preservação das áreas verdes é essencial não apenas para o equilíbrio ambiental, mas também para garantir a justiça social e o bem-estar das comunidades locais. Para que cidades como Ipatinga se desenvolvam de forma equilibrada, é crucial que a sustentabilidade seja incorporada ao processo de urbanização, assegurando que tanto o patrimônio ambiental quanto a qualidade de vida dos seus habitantes sejam preservados para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, M. Maintaining ecological integrity and sustaining ecosystem function in urban areas. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 2, n. 3, p. 178-184, 2010.

AZA, N. M. F. **Análise da relação entre a distribuição espacial da cobertura arbórea urbana e variáveis socioeconômicas, Ipatinga-MG.** 2016. 71f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

CAMPOS, R. B. F.; CASTRO, J. M. Áreas verdes: Espaços urbanos negligenciados impactando a saúde. *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change*, v. 8, n. 1, p. 106-116, 2017.

FERNANDES, E. **Direito urbanístico: o direito à cidade e a questão fundiária no Brasil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

GONÇALVES, W.; PAIVA, H. N. **Florestas urbanas: planejamento para melhoria da qualidade de vida**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades@**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ipatinga/panorama>. Acesso em: 10 set. 2024.

JACOBI, P. Gestão urbana e sustentabilidade: desafios para as cidades do século XXI. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2012.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

LONDE, P. R.; MENDES, P. C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, v. 1, n. 13, 2006.

MEDEIROS, C.; DANTAS, F. *Funções ecológicas de áreas verdes urbanas na mitigação de impactos ambientais*. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020, p. 18-34.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Lei N° 3.350/14 - Plano Diretor do Município de Ipatinga (MG)**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-ipatinga-mg>. Acesso em: 10 set. 2024.

RAPHAEL HARDY FILHO. *Plano urbanístico da cidade de Ipatinga: Projeto para a Usiminas*. 1958. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ipatinga>. Acesso em: 07 out. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

YOUNG, R. F. Managing municipal green space for ecosystem services. **Urban Forestry & Urban Greening**.